

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 3 | 2019

*Caminhos da construção da união
europeia: tudo que nasce, morre?*

Rodrigo Ismael Francisco Maia

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA: TUDO QUE NASCE, MORRE?

Rodrigo Ismael Francisco Maia¹

Resumo: Depois de mais de sessenta anos da assinatura do Tratado de Roma que deu origem à Comunidade Econômica Europeia, o bloco europeu vive ainda hoje uma grande crise. Não é uma crise apenas econômica. Buscamos expor uma releitura de diferentes componentes do processo de integração europeu que culmina nesta crise, e tentaremos indicar elementos analítico-metodológicos sobre os caminhos da União Europeia fundamentado na relação entre capital e trabalho. O fio condutor deste artigo se encontra na divergência entre capital e trabalho no processo integrativo, pois persistiu um modelo integrativo no qual a economia é o fator hegemônico.

Palavras-chave: Comunidade Econômica Europeia; União Europeia; integração; crise.

PATHS OF EUROPEAN UNION'S CONSTRUCTION: DOES EVERYTHING THAT IS BORN, DIES?

Abstract: After more than sixty years ago, the signature of the Treaty of Rome, which created the European Economic Community, the European bloc is still suffering a significant crises. This is not merely an economic crisis. In this paper the aim is to expose different features of the European integration process, which culminated in the current crisis, and to indicate methodological analytical aspects concernd the paths of the European Union based on the relationship between labour and capital. This article points out the idea that exist a divergence between capital and labor in the integration process, as persisted an integrative pattern in which economy is the hegemonic feature.

Key-words: European Economic Community; European Union; integration; crisis.

¹ Estudante de doutorado na Brunel University London - Reino Unido, no Departamento de Ciências Sociais e Políticas (Bolsista Capes, DPE - code 001). Mestrado concluído em Relações Internacionais na Università degli Studi di Perugia - Itália, e em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista - Brasil. Atualmente desenvolvendo pesquisa sobre partidos políticos na União Europeia. Email: rodrigomaiacs@yahoo.com.br

I. Introdução

Qual a situação da União Europeia (UE) nesse momento de transformações na ordem que se abriu após a Guerra Fria e o fim da União Soviética? Hoje, a indefinição das relações políticas se dá em correspondência aos deslocamentos financeiros e à reestruturação produtiva em níveis mundiais. Contudo, a UE construiu tipos particulares de relações internas e externas, no qual o elemento político esteve associado e dependente do econômico. Em particular, indicamos que o elemento que prevaleceu no processo integrativo foi o econômico, do início ao fim, do Tratado de Roma ao Tratado de Maastricht, até a crise econômica de 2008 (Varela, 2018).

Este artigo busca expor, através de documentos e literatura crítica, seguindo um desenvolvimento histórico, alguns elementos dos debates sobre o processo integrativo europeu, por exemplo indicando planos, conferências, instituições que foram importantes para o que chamo de integração negativa da UE, isto é, no sentido da negatividade da política ser instrumento do desenvolvimento econômico capitalista². Assim, a relação entre economia e política é descrita como uma relação entre capital e trabalho, uma relação difícil mas da qual dependia a estabilidade das economias dos países membros da Comunidade Europeia. Cabe dizer que este artigo certamente não tem a pretensão de descrever o processo integrativo Europeu em sua totalidade, mas sim fazer uma leitura de alguns fatos marcantes que se conjugam diretamente com a relação capital-trabalho.

A debilidade política foi um fator relativo, embora marcante. Não se pode falar em fracasso, afinal a UE é um projeto, o qual teve diferentes lideranças, diferentes objetivos momentâneos, mas que em suma foi bem sucedido. Em particular, bem sucedido na implementação de uma zona econômica singular no mundo. Começando pela implementação e manutenção do welfare social, a UE foi constituída primeiro por cima, e depois uma integração nas bases foi tentada. Nesse sentido, o êxito foi apenas parcial, como mostra a crise de 2008 e as ameaças de desintegração em curso.

II. As tentativas de uma Europa não estrita

Ainda durante a Segunda Guerra, os hoje chamados *pais-fundadores* do bloco europeu

² Marx, em seu texto *Sobre a Questão Judaica* (2003), desenvolve a argumentação da ontonegatividade da política, indicando a relação entre a liberdade humana e a liberdade estatal, sendo que pode ocorrer a segunda sem que a primeira se realize.

escreviam um manifesto indicando a necessidade de união dos países europeus como forma de contenção das políticas nazi-fascistas. Altiero Spinelli, Ernesto Rossi, Ursula Hirschmann e Eugenio Colorni mostravam sua visão a respeito de uma Europa federalista dotada de parlamento, algo novo e diferente das ideias anteriores³. O *Manifesto di Ventotene* trazia preocupações de caráter político e ideológico para o campo do conflito europeu, dando ao federalismo a prerrogativa necessária para a resolução do problema da perda de poder dos Estados [nacionais], os quais haviam sucumbido às paixões, aos absurdos, aos problemas da divisão entre progressistas e reacionários. Terminada a guerra, a instabilidade social perpassava a realidade de praticamente todos os estados envolvidos no conflito, contando inclusive com a existência de exércitos de trabalhadores dispostos a transformar estruturas social milenares, como ocorrera na Itália, por exemplo.

[Re]conquistar o poder nacional, do(s) Estado(s) nacional(is) que se encontrava em profunda crise, seria a primeira tarefa para a realização subsequente da unidade internacional. Para isso, a conquista da liberdade seria primordial para a saída da crise cívica-social que assolava o continente – praticamente um resgate das propostas *wilsonianas* a respeito da autonomia dos povos, mas com um certo desprezo para com o fanatismo patriótico, afinal, o Estado havia usurpado a liberdade no continente e novas ideias estavam em jogo. Desse modo, a reformulação da unidade nacional poderia ser resultado da continuidade do conflito em nível interno, ou através de acordos políticos – seguindo o exemplo italiano, a restauração da ordem ocorreu com o referendun sobre a república e também com a conciliação entre lideranças político-partidárias de centro e de esquerda (MAIA, 2015).

A nível internacional, dado o *Manifesto* de 1941, que lançava bases ideológicas para uma nova Europa, federalista, o próximo passo efetivo foi a união econômica do *Benelux*, em 1948, criando a zona de livre comércio entre a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda. Junto disso, se criava a ideia de uma *Europa Ocidental*. Para além da economia, a definição de uma linha geográfica propriamente europeia era o mote para a diferenciação com o novo inimigo: o comunismo, o qual já estava em linhas de controle no espaço ocidental. De fato, não era desmotivada a unidade entre três pequenos países do campo ocidental na formação do *Benelux*, eram tempos em que o isolacionismo poderia significar uma falência em múltiplos aspectos.

Estando no meio do caminho entre a União Soviética e os Estados Unidos, a escolha política europeia foi por implementar a economia de mercado com viés social. A disputa

³ Os comunistas, por exemplo, indicavam a necessidade de se construir uma União Europeia Socialista; por outro lado, Richard Kalergi dava sua visão de um espaço pan-europeu, tecnocrático.

contra o campo comunista deveria ser operada, também, no campo social, no campo do *welfare* proporcionado pelo Estado, uma tentativa de coordenação entre interesses privados e estabilidade social. O Estado soberano, como tal, passava a ter a missão de ser o responsável pela reconstrução social após a guerra – a hipótese que agregava as diferentes visões pró-europeias era a da crise do Estado nacional como propulsor da necessária reconstrução, era essa a premissa material (MORELLI, 2011).

Para além da necessidade material, a reconstrução europeia em bases comuns partia também de movimentos intelectuais e políticos. Winston Churchill foi militante de um movimento intergovernamental europeu; movimento do qual derivaram o *Plano Morgenthau* e o *Plano Marshall*, o qual requeria um projeto de reconstrução comum da Europa⁴. Diferente era o movimento comunista: cético ao início, os diferentes partidos comunistas refutaram a construção de uma unidade federal/intergovernamental/autocrática sob bases capitalistas⁵, mas gradualmente as organizações comunistas perderam espaço e sofreram sucessivas derrotas no âmbito das ideias e instituições europeias, como nas disputas eleitorais e nos espaços de decisão supranacionais (MAIA, 2015a).

Com o campo da esquerda política em baixa e com o apaziguamento dos movimentos armados, diversos países tiveram seus governos nacionais liderados por forças social-democratas que levaram a cabo a implementação de economias liberais num sistema político dotado de alguns aspectos democráticos, como eleições (VARELA, 2018). Os resultados imediatos dos movimentos pró-Europa foram a criação da OEEC (Organização Europeia para a Cooperação Econômica), da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e do Conselho da Europa. Paralelamente, mas com uma menor intensidade, nasceu a União dos Federalistas Europeus, em 1947; ocorreu, no mesmo ano, o Congresso de Haia dos movimentos europeístas, o qual era composto basicamente por políticos e parlamentares dos diferentes países e partidos interessados em construir instituições de caráter internacional-europeu⁶ (MORELLI, 2011).

Vale notar então alguns outros aspectos do que se conhece hoje por *união setorial* e que são marcas de uma determinada perspectiva no processo integrativo. A CECA, a

⁴ O qual recebeu o nome de *European Recovery Program*.

⁵ Mesmo antes o movimento comunista já havia uma ideia para a Europa: “Il tema europeista, era stato altresì affrontato in articoli sull'parigino *Golos* nel '14 da Lev Trockij. Venne da questi ripreso nelle sue *Considerazione sul Programma di Pace*, del 1917, nel contesto di una premessa ch'egli poneva sul piano teorico generale: “la formula Stati Uniti d'Europa esprime l'idea che il socialismo è impossibile in un Paese solo...e rappresenta per sé una tappa di una parola d'ordine storica sulla via delle federazione socialista mondiale” (PAPA, 2006: 39).

⁶ Vale notar que, se hoje a saída do Reino Unido da UE causa grande debate e mesmo perplexidade, desde o começo da construção europeia sua participação foi bastante distante e limitada, não sendo um país-membro desde o princípio.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1950, foi resultado da busca por aglutinar um mesmo setor produtivo de diferentes países, angariando grandes indústrias e grandes organizações políticas num mesmo projeto de controle produtivo. Fator resultante do fim da guerra, nasceu a Alta Autoridade do Ruhr, a mais importante região produtiva da RFA (Alemanha Ocidental)⁷. O controle setorial através de um poder supranacional significava também a submissão da indústria militar e a limitação do crescimento alemão, dando vantagens ao capital dos países vizinhos (HALLER, 2008).

Outro passo dado no caminho da estrada europeia foi na questão da defesa. Apesar da criação da NATO, diversas correntes políticas da Europa inseridas no Conselho da Europa buscavam a criação de uma força europeia própria, independente da ajuda norte-americana; essa proposta passou a ser conhecida como *Plano Pléven*, o qual indicava a necessidade de criação de um exército europeu para ação rápida, ainda que sob comando NATO; era essa a sonhada Comunidade Europeia de Defesa. Falida: os generais não poderiam decidir pela Europa como um todo (MORELLI, 2011).

A conclusão (...) era de que o exército europeu, sem um Estado europeu, teria sido reduzido a uma companhia de aventuras a serviço da OTAN e não teria impedido o renascimento de um exército nacional alemão, para o qual havia sido proposto (MORELLI, 2011: 81) (tradução nossa)⁸.

Para além do elemento militar-defensivo, a CED tinha um componente a mais: a possibilidade de união política entre os países membros da CECA, afinal, era necessária a unidade política entre os Estados aderentes para a conformação e o fornecimento material de um exército comum. São vários os fatores da falência da CED, talvez o mais importante seja este apenas citado⁹.

Nesse momento histórico, a Europa era a *Europa dos Seis* países membros, e a perspectiva que momentaneamente aparecia nos organismos europeus, como a CECA e sua Assembleia, era a de que a integração da Europa deveria ser uma mediação entre o capital e o trabalho (VARELA, 2018; PAPA, 2006: 136). O tratado que instituiu a CECA contém

⁷ A Alta Autoridade da região alemã do Ruhr era composta também pelos USA, França, Reino Unido e Benelux, e visava controlar a produção industrial alemã. Com objetivos de trazer a Alemanha Federal para a construção europeia, grandes políticos europeus como Jean Monnet e Robert Schuman convergiram politicamente para a criação de uma instituição supranacional que regulamentasse uma matéria de importância, a questão da produção do carvão e do aço no continente, a CECA, a qual continha em si também uma Alta Autoridade, com poderes decisivos de caráter supranacional, e com proposta de ampliação da aliança, a qual passou a incluir também a Itália.

⁸ Citação original: “La conclusione (...) era che l'esercito europeo, senza uno Stato europeo, si sarebbe ridotto a una compagnia di venture al servizio della NATO e non avrebbe impedito la rinascita di un esercito nazionale tedesco, per bloccare la quale era stato proposto”.

⁹ Na França estava em vigor o mandato presidencial do general De Gaulle, o que por si só quase bastaria para justificar o falimento de uma unidade europeia.

elementos desse pensamento: havia um Conselho Consultivo do organismo, composto por produtores, trabalhadores e consumidores; o tratado também instituía a modernização da produção como um objetivo atrelado ao da qualificação da mão-de-obra e da regulamentação do trabalho no setor (Tratado de Paris, 1951).

Dessa forma, e diante de tal estrutura desenvolvida no começo da integração, a organização preponderante se deu em torno do grande capital europeu, organizando a economia europeia desde o alto, isto é, impulsionando o grande capital privado desde espaços estatais e supranacionais. O trabalho, o mundo do trabalho, as classes trabalhadoras, aparecia submetido às decisões vindas das novas instituições e dos Estados, tal como na disposição da livre circulação de trabalhadores dentro do espaço aduaneiro, nas concepções sobre a melhoria gradual das condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras (Tratado de Roma, 1957: 46).

A mediação idealmente requerida entre o capital e o trabalho ganhou terreno prático e, em 1957, a assinatura do *Tratado de Roma* deu vida à Comunidade Econômica Europeia, a qual ampliava a área de livre comércio do *Benelux* e a temática produtiva da CECA para uma zona de livre circulação de bens, mercadorias, pessoas e serviços. Uma efetiva mediação entre o grande capital e o mundo do trabalho, criando um amplo sistema produtivo orientado para o mercado¹⁰.

O fato é que por vários anos o debate continuou a respeito da necessidade de se avançar na unidade europeia em diversos setores, sem êxito. Ainda era deficiente a política de reconstrução e os resultados práticos do *welfare* eram parcos. Por parte de partidos de esquerda e de movimentos sociais as demandas eram por trabalho, condições dignas de vida, saúde, acesso à educação – ao passo que as autoridades políticas da incipiente Europa unida estavam empenhadas em outras matérias (MAIA, 2015a).

Em 1955, uma tentativa de criação e ampliação das instituições europeias começou com a conferência de Messina, e depois avançou com a de Veneza. Essas duas reuniões políticas buscavam dar continuidade à caminhada europeia, e o plano era construir uma zona econômica na Europa dos Seis. O resultado foi a proposta de Tratado da Comunidade Econômica Europeia, a CEE, o que pode ser visto como um passo não apenas no setor da cooperação econômica, mas também ideológico ao criar o senso de comunidade entre os países membros.

¹⁰ VARELA (2018) defende a ideia de que tal mediação entre o capital europeu e americano (grande impulsionador da integração europeia) e o mundo do trabalho ocorreu também pelo transformismo de partidos da esquerda europeia e pela cooptação das organizações de trabalhadores, nomeadamente os sindicatos.

Das conferências de Messina e Veneza resultou o *relatório Spaak*, o qual discutia a matéria da energia atômica europeia, e indicava a criação de um organismo específico, o qual veio a ser a *Euratom*, ou CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atômica. Com a Euratom se buscava regular a questão nuclear e também a produção energética que, à época, era um problema de dependência externa da Europa dos seis.

(...) o funcionalismo, o federalismo e a cooperação intergovernamental, os eixos ideológicos do projeto (propagandísticos, que não existem como tal, segundo Sotiris), são instituições supranacionais que, pese embora o seu grau de contradição, funcionam e são centrais na tomada de decisões (VARELA, 2018: 130).

A CEE era o sucesso da política funcionalista, vertente/perspectiva política que via o desenvolvimento da integração como um processo de *negociação permanente* de integração horizontal¹¹.

Por outro lado, a crítica federalista se dava pelo distanciamento do processo integrativo e as populações, indicando o *déficit democrático* europeu (MORELLI, 2011). Os federalistas, forte vertente que também buscava a integração, entendiam que se deveria aproveitar os momentos de crise para avançar a integração, praticamente apostando mais nos saltos do que numa continuidade.

Assim, podemos observar que no início foram diversas as tentativas de incrementar a unidade de países europeus em torno de diferentes áreas temáticas de interesse social. Obviamente todas elas tiveram um significado econômico de grande importância para o desenvolvimento da reconstrução europeia. Uma unidade política, como a tentada na ocasião da CED, não frutificou e demonstrou os limites momentâneos do bloco que se formava. Se a unidade política era inviável, em outros setores havia a possibilidade, como no energético, no da indústria do aço e no militar; as políticas sociais, como indicam os tratados, não faziam parte de objetivos centrais dos governos europeus em questões europeias. Vale notar que as políticas sociais que foram as bases do welfare tiveram natureza outra àquela integracionista, foram nacionais e mesmo de embates regionais e locais que vieram a ser incorporadas limitadamente à dinâmica de integração apenas mais tarde (HALLER, 2008).

III. Método europeu, a prevalência econômica

Os Tratados de Roma foram a base efetiva da integração europeia ao instituir a CEE, a

¹¹ Perspectiva que teve na figura de David Mitrany um de seus principais teóricos.

qual se tornaria a principal instituição do bloco. O mote da CEE era estritamente econômico. A dinâmica do Benelux, por exemplo, se ampliaria a uma área muito mais vasta e populosa; as instituições que já existiam passariam a ter atuação dentro das linhas do novo Tratado, o qual foi ratificado sem dificuldades pelos países membros em 1957, entrando em vigor no ano seguinte¹².

O caráter da CEE diferia das outras instituições europeias: não era supranacional como a CECA, sua gestão era muito mais intergovernamental do que dependente de uma autoridade, ainda que tivesse em si um Conselho de Ministros. Era mais funcionalista com objetivos setoriais e previsão de desenvolvimento gradual - e não aos saltos, como em outras concepções que estavam em disputa nas discussões do Tratado¹³ (BIELER, 2005). Na CEE estavam abolidas as taxas de alfândega, era livre a circulação de mercadorias e se aplicava uma mesma tarifa sobre os produtos de Estados externos.

Dada a prevalência estritamente econômica e as críticas aos desequilíbrios criados pela CEE, novas instituições e ações foram criadas, como o Fundo Social Europeu (FSE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). O Fundo Social Europeu era resultado da problemática da disparidade de desenvolvimento das diversas regiões de cada Estado membro, visava redefinir políticas de desenvolvimento regional através de mecanismos de investimentos mais diretos nas regiões, com financiamentos de projetos nas áreas urbanas e rurais com vistas à sanar a desocupação e melhorar condições de vida.

O BEI, por sua vez, auxiliaria na expansão dos interesses ditos comunitários, com financiamento de infraestruturas de interesse europeu. Neste ínterim, havia também o plano de gradualmente realizar um melhoramento nas trocas com as ex-colônias da Europa dos Seis, ainda que com o evidente predomínio europeu no controle das tarifas alfandegárias. Aliás, tal interesse em ter um comércio controlado com as ex-colônias levou às convenções de Yaoundé, de 1963, na qual se estabelecia a cooperação técnica e de investimento em programas de desenvolvimentos de países do continente africano em troca da livre circulação de mercadorias; mais tarde, em 1975, foi realizada uma nova convenção, de Lomé, no Togo, novamente em matéria de cooperação internacional, mas mais abrangente e englobando 46 países da África, países do pacífico e caribe.

Com base nos acordos, as exportações destes países, que correspondiam em

¹² “I comunisti in tutta Europa rimanevano contrari all'integrazione e, fedeli alle direttive sovietiche, scatenavano un'accanita campagna contro il mercato comune e l'Euratom denunciando l'asservimento agli Stati Uniti e l'impoverimento del proletariato” (MORELLI, 2011: 102)

¹³ Como BIELER (2005) sustenta, as análises sobre a integração europeia tem sido dominadas pelas perspectivas neo-funcionalistas e intergovernamentalistas, nas quais há negação dos elementos históricos, como o caráter das relações sociais de produção, privilegiando uma separação entre Estados e economias (2005: 514).

50% aos Nove, tinham livre acesso ao território comunitário, enquanto a CEE renunciava à mesma vantagem de exportação, de modo a proteger as indústrias nascentes; a CEE renunciava assim ao direito de reciprocidade para favorecer a saída do subdesenvolvimento dos países mais pobres (MORELLI, 2011: 168) (tradução nossa)¹⁴.

Vale notar, porém, que no texto da convenção ficou estabelecida a setorialidade da cooperação em matérias de agricultura e minérios, produtos que são de origem dos países produtores do continente africano para exportação no mercado europeu¹⁵- o que dava clara vantagem aos países importadores. Aliás, a cooperação econômica para além dos países membros da CEE sempre foi fundamental para a sobrevivência e manutenção da zona de livre comércio, ou ainda, para a estabilidade e crescimento, sendo um caso emblemático o Britânico: ao não renunciar ao comércio com os países da *Comomwealth*, o Reino Unido recusou diversas vezes adentrar à CEE, e quando ocorreu sua entrada não foi sem medidas protetivas e particulares¹⁶. Ainda não há uma conclusão sobre este impasse que assume diferentes formas e adquire novas componentes a cada governo europeu ou nacional – a crise do *Brexit* é exemplo disto. Trata-se de política, portanto, de mudanças contínuas nas relações de forças.

A Política Agrícola Comum (PAC) pode nos servir de exemplo: a conhecida *PAC* nasceu como um acordo em 1962, após a constituição da EFTA pelo Reino Unido, era o instrumento da CEE para organizar a produção agrícola, a qual se dava de maneira fortemente protecionista na França e parca nos países nórdicos. Conflitos de interesses e divergências marcaram e marcam a PAC, e a presença de países extra-comunitários em assuntos agrícolas ainda gera problemas de quantidade e qualidade produtiva em matéria de importação, exportação e produção no campo. A unificação da política agrícola visava a produtividade do mercado europeu, o controle dos preços e a preferência sobre produtos comunitários.

Entrando em vigor nos anos 70, a PAC foi complementada pelo FEAOG, Fundo Europeu Agrícola de Orientação e Garantia, para sustentar prejuízos, dar subsídios e treinamentos (ainda que paralelamente a França buscasse não perder nenhum espaço em política agrícola e tivesse mesmo criado um plano nacional de sustentação de sua produção).

¹⁴ Citação original: “In base agli accordi, le esportazioni di questi paesi, che per il 50% si indirizzavano verso i Nove, avevano libero accesso nel territorio comunitario, mentre la CEE rinunciava allo stesso vantaggio per le proprie esportazione in modo da proteggere le loro industrie nascenti; la CEE rinunciava così al diritto di reciprocità per favorire l'uscita dal sottosviluppo dei paesi più poveri”

¹⁵ A convenção estabeleceu principalmente os produtos: bovinos, a base de óleos, não processados, tabaco, pesca, cereais, frutas e legumes, produtos base da tapioca e chocolate. (LA CONVENTION DE YAOUNDÉ, 1970).

¹⁶ Para mais elementos da integração britânica na CEE/UE ver: MAIA, R. I. F. *O Brexit e a falta de um outro projeto para a União Europeia*. LeMonde Diplomatique Brasil, 24 jun. 2016.

Divergências fortes também perpassaram o espaço do FEAOG, ao ponto de quase arruinar a PAC e a própria CEE ao privilegiar alguns países produtores em detrimento de outros (PAPA, 2006).

Os anos 70 marcam uma nova fase na CEE. Consequência também da crise internacional, definições foram operadas na CEE decorrentes da crise que afetava a zona de livre comércio. Da França, sem mais o ceticismo de De Gaulle, partiram ideias de complementar, reforçar e alargar o espaço europeu, criando uma Cooperação Política Europeia por fora da CEE, foi o chamado relatório Davignon. Contudo, o documento Davignon não era, com diz Morelli (2011), nenhum tratado, e estabelecia seus limites nisso, era essencialmente uma proposta de cooperação entre os diferentes pontos de vistas que operavam dentro da CEE.

Seguindo a problemática política-econômica, em 1970, foi realizado o acordo de Luxemburgo, o qual dava mais poderes ao *Parlamento Europeu* (PE) em um ponto importante: balanço econômico. O PE poderia então atuar a respeito de despesas não obrigatórias na CEE, isto é, as despesas que não derivavam de tratados e de política comum (as quais eram da área de atuação do Conselho de Ministros) – um passo importante na lenta e gradual cooperação política. Na mesma época se estabelecia também a discussão que somente décadas mais tarde viria a se efetivar: a união monetária. Através do conhecido *plano Werner*, se decidia pela separação e paralelismo da política econômica da monetária:

O plano Werner previa também reformas institucionais para a realização destes objetivos: a instituição de um centro de decisão para a política econômica e monetária, autonomo dos governos e responsável diante do PE, e um sistema comunitário de bancos centrais; a criação de um fundo europeu de cooperação monetária; o aumento dos poderes do PE e a modificação das eleições de seus membros (MORELLI, 2011: 157) (tradução nossa)¹⁷.

Porém, a realização da moeda única prevista para 1980 não se concretizou. As crises que viriam assolar o plano Werner foram várias, como a problemática da serpente monetária que visava estabilizar o câmbio, a inflação e as despesas públicas: a serpente não se estabilizava dentro do túnel dos limites de flutuação de valores em cada país – era inviável, por exemplo, estabilizar a lira italiana nos anos 1980.

O *alargamento* foi um outro passo econômico na CEE. A Europa dos seis passou a ser dos nove com a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. Mas as instituições europeias

¹⁷ Citação original: “Il piano Werner prevedeva anche delle riforme istituzionali per la realizzazione di questi obiettivi: l’istituzione di un centro decisionale per la politica economica e monetaria autonomo dai governi e responsabile di fronte al PE e di un sistema comunitario di banche centrali; la creazione di un fondo europeo di cooperazione monetaria; l’aumento dei poteri del PE e la conseguente modificazione dell’elezione dei suoi membri”

não decolavam e não davam os resultados esperados de crescimento e fortificação do espaço da CEE, assentando a continuidade da crise das instituições europeias: tanto pela desigualdade econômica que estava sendo gerida dentro da zona de livre comércio, como também pela crise democrática que começa a ser percebida para além das instituições.

Controversa foi a limitada adesão do Reino Unido, por trazer uma opção de peso para o balanço de forças em relação à presença alemã na CEE, trouxe também uma grande contribuição financeira para as instituições europeias, como para a PAC¹⁸. Do relatório Tindermans sobre as deficiências da integração resultou, em 1977, sob hegemonia alemã, a reorganização do sistema monetário deferindo a intervenção dos Bancos Centrais nas economias; havia sido definida também a realização de eleições diretas para o PE, que seriam realizadas em 1979. Ainda que o PE não tivesse autonomia nas principais matérias da CEE, a realização de eleições diretas era um primeiro passo e uma inovação internacional em política de cooperação multi-nacional: o problema do distanciamento entre as autoridades europeias e as populações do bloco, contudo, seguia sem resolução - aliás, muitos dos povos não tiveram opção de aceite ou recusa da integração através de referendun ou outra forma de expressão (HALLER, 2008).

Os cidadãos eram associados à construção da Europa unida e se pavimentava a estrada para o controle popular da política europeia, até então determinada pelos governos, pela tecnocracia comunitaria, pelos interesses das empresas multinacionais. As eleições do PE reforçavam, portanto, a democracia europeia (MORELLI, 2011: 190) (tradução nossa)¹⁹.

De fato, era uma experiência inovadora a organização de um parlamento que representava diferentes povos, através de eleições internacionais. Pudemos já indicar e observar o peso de algumas dessas medidas as quais portam em si personalismos e elitismos. De fato, são várias as correntes políticas que atuaram e ainda existem no processo integrativo, tais como o federalismo, o funcionalismo, o construtivismo, a versão interessada na perspectiva intergovernamental, a supranacional, etc. (MAIA, 2015).

Não é possível chegar a uma indicação de qual dessas correntes teria sido a principal protagonista da construção europeia, porém algumas delas tiveram peso maior em alguns momentos. De fato, de início a perspectiva federalista foi uma grande propulsora da unidade europeia; a perspectiva *supranacional* esteve presente na CECA; nos anos setenta, tais

¹⁸ Durante anos as contribuições do Reino Unido excediam muito os retornos: enquanto que 1/5 das contribuições europeias vinham do Reino Unido, o retorno era de 10%. A renegociação do tratado de adesão ocorreu, e foi realizado o ressarcimento e estabelecida novas regras de contribuição.

¹⁹ Citação original: "I cittadini erano associati alla costruzione dell'Europa unida e si spianava la strada al controllo popolare della politica europea, fino ad allora determinata dai governi, dalla tecnocrazia comunitaria, dagli interessi delle imprese multinazionali. L'elezione del PE rafforzava quindi la democrazia europea".

correntes tiveram grande relevância e estavam dissolvidas em diversos países e perspectivas, por exemplo, a intenção federalista da Alemanha de Brandt e a confederal francesa de Pompidou. Ainda: o italiano Spinelli queria uma unificação oriunda do poder executivo europeu, enquanto que Jean Monnet buscava concretizar a ideia de que a caminhada pela unificação devesse ser empreendida pelos governos nacionais na forma de governo provisório (MORELLI, 2011: 173).

O resultado dessas divergências foi a constituição do *Conselho Europeu*, diferente do antigo Conselho da Europa fundado antes mesmo da CEE e sem vínculos com esta, o novo esboço de um quadro dirigente europeu tinha a missão de garantir interesses comuns. O Conselho Europeu, composto por chefes de Estados e governos, era a regularização das reuniões que já ocorriam entre os líderes políticos com vistas a resolver os problemas do âmbito político. Nota-se que o Conselho Europeu não foi a concretização de um Tratado, era um acordo, que apenas em 1986 ganhou caráter institucional. Diante das diferentes perspectivas, o Conselho Europeu indicava a força das ideias intergovernamentais, em oposição à instituição do Parlamento europeu por voto direto – perspectiva mais pendente ao âmbito supranacional²⁰. Assim, o PE, sendo em tese a representação dos povos europeus, pouco poder teve na definição dos projetos mais importantes no desenvolvimento econômico europeu, ainda que sua existência fosse e continue sendo expressão limitada de aspectos político-democráticos do processo integrativo, sendo evidente ainda a centralidade da economia em todo o processo²¹.

Em fins dos anos setenta o tema monetário ainda estava sem um projeto claro, e o debate foi refeito. O SME, o *sistema monetário europeu*, foi aprovado pelo Conselho Europeu de Bruxelas, em 1978. Recomeçava a estrada da estabilização das diferentes moedas, com algumas novidades, como o ECU, *european currency unit*, embrião do *euro*, como unidade de pagamentos e transferências, e com a obrigação de intervenção dos Bancos Centrais nas economias nacionais. Em vistas ao estabelecimento de uma moeda única e do aprofundamento da unificação, os anos que seguiram foram de formação de fortes e grandes grupos econômicos na Comunidade, ao passo que o mundo do trabalho passava por mudanças: os níveis de desemprego subiram vigorosamente, por exemplo, na França passou

²⁰ O Conselho ainda hoje tem uma atuação decisiva nas crises europeias, foi um dos três pilares da conhecida comissão Troika responsável por viabilizar saídas à crise econômica iniciada em 2008, junto do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

²¹ Interessante é que visões cosmopolitas, como a de Habermas (2012), em seu texto *Sobre a Constituição da Europa*, argumenta em favor de um federalismo no qual os povos tenham mais papel, em detrimento das elites europeias, baseados num direito europeu. Diz Habermas: “A política parece sustentar a respiração e baixar a cabeça face à passagem da unificação econômica para a unificação política da Europa” (2012: 66).

de 2,9% em 1967 para 21,1% em 1985, na Alemanha de 1,6% para 10,9%, no mesmo período (VARELA, 2018).

Em suma, diferentes foram os projetos integrativos que ganharam efetividade no plano econômico, diferentemente das tentativas na política. Apesar da existência de organismos políticos, as decisões europeias se concentraram basicamente sobre o desenvolvimento do mercado comum ao longo dessas primeiras décadas da Comunidade Econômica Europeia, ainda que a criação de novos poderes ao PE tenha aliviado momentaneamente o déficit democrático das várias instituições e tratados existentes.

IV. Bases negativas da UE

Os anos oitenta foram de profundas transformações na CEE. Novos países se tornaram membros: Grécia, Espanha e Portugal. Novas direções políticas europeias e nacionais foram de grande importância para as mudanças. Conhecida é a atuação de Margaret Thatcher no Reino Unido, De Mitterrand na França e Kohl na Alemanha. Na CEE, as atuações de Delors, Dooge, Adonino, Colombo, Spinelli, etc., dentro do contexto da reestruturação produtiva.

Tendo em conta a tese federalista, o momento de crise dos Estados nacionais foi aproveitado e a partir da liderança de Altiero Spinelli um novo avanço foi proposto²². Spinelli tinha um projeto que previa uma união com um Parlamento e duas câmaras, votações de acordo com a relevância da matéria em questão (maioria simples ou absoluta), efetivação de um verdadeiro poder executivo. Derivando do Parlamento Europeu, o projeto de Spinelli, discutido e reformado junto da atuação do “*clube do crocodilo*”, foi a base de um grande Tratado, o *Ato Único Europeu*, de 1986.

Spinelli rapidamente se interessou pela nova experiência de Estrasburgo pela reforma do parlamento europeu e das instituições comunitárias. Um parlamento munido de poderes parlamentares reais, lhe pareceu o primeiro termo de uma equação portadora do federalismo europeu; era o suficiente para portar a Europa da cooperação econômica à unidade política. Para tentar o feito era necessário agir com originalidade e com determinação; contra os pesados condicionamentos do sistema de partidos (PAPA, 2006: 186) (tradução nossa)²³.

As novidades também perpassavam os partidos políticos, os quais adquiriram

²² São diversas as crises mundiais naqueles anos, desde os choques petrolíferos, a crise dos mísseis, as reformas trabalhistas, o advento do neoliberalismo, crise terminal da URSS, etc.

²³ Citação original: “Spinelli subito si interessò nella sua nuova esperienza strasburghese alla riforma del parlamento europeo e delle istituzioni comunitarie. Un parlamento munito di poteri parlamentari reali, gli apparve il primo termine di un' equazione portatrice del federalismo europeo; era quanto poteva servire per portare l'Europa dalla cooperazione economica alla unità politica. Per tentare l'impresa bisognava agire con originalità e con determinazione; contro i pesanti condizionamenti del sistema partitico”

dimensões internacionais através das eleições diretas e, ademais, com o Ato Único, poderes reais de co-decisão com o Conselho em diversos assuntos; aliás, o Conselho Europeu passava a ser finalmente uma instituição europeia. O Ato inaugurava também a existência de um Comitê Permanente para declarações comuns em assuntos de política externa da CEE. O Ato previa um cronograma de ações a serem executadas com vistas à realização de um efetivo tratado de União e de mercado comum, para 1992. O Ato Único, partindo de um complexo de instituições desconexas, assentava as premissas para algo novo.

As bases negativas estavam presentes: novamente as críticas viriam em torno do distanciamento das discussões em relação às populações. Negatividades que teriam uma tentativa de correção através de algumas medidas, como o mútuo reconhecimento de títulos de estudos, a adoção de uma bandeira europeia e, talvez um dos assuntos mais populares, a adoção de um sistema de intercâmbios, o Erasmus²⁴. Assim, novamente um outro passo rumo a integração era dado pela cúpula política europeia.

O Ato de 1986 também vinha reafirmar o poder dos Estados na CEE, mantendo seu caráter *funcionalista*. De fato, até o momento havia um peso desmedido em torno das ações econômicas, em detrimento das sociais na CEE – particular ação foi tomada nas privatizações de grandes empresas públicas; o Ato, prevendo medidas reformistas para 1992 inspiradas também nas ideias de Dellors, reforçava a essência econômica da integração. Além disso, o texto do tratado dava continuidade à estrutura burocrática e oligárquica da comunidade (PAPA, 2006: 201).

Verdadeiras mudanças ocorriam naqueles tempos, e a CEE soube atuar em próprio proveito. Em 1988, foi assinado um acordo de abertura de relações oficiais entre a CEE e o COMECON, a área de livre comércio soviética. Já nos anos 1990, a CEE organizou inclusive o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (Berd) próprio para assuntos de Leste europeu, com objetivos de financiar estruturas nos países da então ex-Urss. Outra mudança ocorreu com a anexação da Alemanha oriental pela ocidental, criando o maior país da CEE. Em 1990, veio à público a *Carta por uma nova Europa*, oriunda de membros europeus da CSCE (Conferência para Segurança e Cooperação na Europa), a qual indicava a necessidade e o advir de uma nova Europa, em novos tempos de paz e democracia. Justamente quando ocorriam guerras e crises, inclusive no espaço europeu.

Vimos que da premissa da crise do Estado nacional emergiu uma complexa unidade europeia. Ora, não seria novamente a crise do Estado nacional e a crise de representatividade

²⁴ O Espaço Schengen de livre circulação nas fronteiras havia sido adotado por alguns países já em 1985, posteriormente, em 1999, seria adotado juridicamente dentro da UE através do Tratado de Maastricht.

da CEE a motivação do passo ulterior rumo à União Europeia? Um outro exemplo pode ser a crise dos anos 1990, a qual, alimentada também pela desintegração soviética, passou a ser uma forte preocupação nos espaços europeus já existentes, como o Parlamento, as Comissões etc. servindo então como um novo impulso à transformação da CEE em UE. Foi este um impulso com bases negativas, nascente de uma crise existencial, uma crise objetiva da relação das instituições europeias e as diferentes classes.

Chegado 1992, o Tratado para a União Europeia era o objetivo a ser realizado pela elite política europeia. Conhecido como *Tratado de Maastricht*, entrou em vigor em 1993, dando vida à União Europeia e previa três etapas: a consolidação e realização plena do mercado interna e do sistema monetário, a consolidação do *sistema europeu de Bancos Centrais* (SEBC) e a política regional de vínculos de balanço. Além disso, é conhecida sua divisão em *três pilares*, a criação da Comunidade Europeia (ou seja, para além do termo estrito econômica), a PESC (*política externa e de segurança comum*) e a cooperação no setor de justiça e relações internas. Contudo, o Tratado continuava, também este, a ser burocrático, complexo e distante das populações²⁵.

Se cumpridas as metas, no fim da década o euro seria aplicado como moeda única. O fator talvez mais determinante do Tratado de Maastricht era a relação de *parâmetros* que deveriam ser cumpridos por todos os países membros: 1) déficit público inferior a 3% do PIB; 2) Débito público inferior a 60% do PIB; 3) Inflação inferior a 1,5% da média dos países três países mais virtuosos; 4) taxa de juros inferior a 2%; 5) câmbio estável por dois anos. Para garantir tais medidas foi criado também um fundo de coesão, pois para alguns países era impossível assegurar os parâmetros de Maastricht – vale ressaltar que tais parâmetros são ainda hoje um dos maiores problemas para as economias da UE. O Reino Unido, porém, ficou parcialmente fora do Tratado, continuando a usufruir de uma integração particular (MAIA, 2016).

A primeira etapa, na realidade, já estava em andamento antes mesmo de Maastricht, que era a liberalização plena do mercado; a segunda, datada para 1994, visava a criação de um Instituto Monetário Europeu, embrião do *Banco Central Europeu*, para promover o ECU, controlar o sistema monetário e coordenar as políticas monetárias nacionais. A terceira fase deveria começar em 1997, com a criação do sistema de Banco Central com política monetária única para adoção do euro na virada do milênio; porém, tendo em conta a inviabilidade da

²⁵ “Tais problemas burocráticos da UE tiveram ocasião de resolução em Lisboa, quando foi realizada a revisão dos tratados europeus tendo em vista uma sua simplificação. O fato é que os tratados reformadores de Lisboa também não surtiram o efeito esperado, e posteriormente, em 2008, com o início da profunda crise econômica não mais se tratou de reformas ou novos tratados”. (tradução do autor)

execução do cronograma, o euro foi inaugurado apenas como moeda contábil para transações bancárias, em 1999, e entrou em circulação como moeda única apenas em 2002.

Primeiro a liberalização de capitais, mercadorias e mão-de-obra, depois programas mais pontuais e restritos transpassaram o âmbito da economia restrita. O fato é que em-si a economia tem sua base negativa na UE: a integração criou um super mercado internacional no qual prevaleceram os grandes capitais, ao passo que ocorreu uma deterioração progressiva do *welfare*, inclusive com fortes embates sociais entre trabalhadores, grandes empresas, e governos.

Ademais, como indica Raquel Varela (2018), caberia atentar para a resposta política que foi dada às crises e demais transformações ocorridas no processo integrativo europeu. Vários grupos econômicos europeus se constituíram entre os mais poderosos do mundo enquanto que as condições de vida baseadas no *welfare* se deterioraram e o desemprego aumentou na zona euro, num claro passo adiante do capital em relação ao trabalho – a chamada Europa de duas velocidades estava estabelecida, com desigualdade de classes perpassando também os diferentes níveis geográfico-regionais²⁶.

V. A porta de entrada é a mesma de saída para a UE?

A adoção do euro como moeda única não é o fator principal da crise europeia. Como visto, a base da unidade entre os países europeus foi a economia, com algumas ramificações sociais pontuais (livres fronteiras, cidadania europeia, intercâmbios, etc.) e outras mais voláteis (seguridade social, política de emprego).

A efetivação do euro se deu através de um processo histórico de integração, sendo, então, administrada por um Banco Central, o qual era e é o agente político-econômico. Contudo, em matéria de política estrita, o Conselho Europeu continua sendo o órgão principal, seguido pelo PE.

Em 1999, entrou em vigor o Tratado de Amsterdam prevendo a promoção da ocupação e de direitos dos cidadãos, como também reforçava a PESC. Em 2000, o Tratado de Nice buscou reforçar alguns aspectos que os outros tratados ainda não tinham sanado. Mais tarde a adesão de dezenas de novos países impactou a UE, que passou a ser composta por 28 Estados membros e associados, enquanto outros Estados continuavam as negociações de integração.

²⁶ Varela (2018), indica que uma das razões para a situação desfavorável do trabalho em relação ao capital é a atuação das organizações políticas das classes trabalhadoras, como nos casos de sindicatos cooptados e acostumados com as negociações, ao invés do confronto, como também na conciliação entre organizações e Estados.

Os compromissos, porém, não foram alcançados e, como visto, o Tratado de Lisboa foi mais uma tentativa, em 2007, de sanar as debilidades da série de tratados inaugurada com o Tratado de Roma. A *debilidade política* da UE não se dá por um simples fato de incapacidade oriundo das diferentes perspectivas que perpassavam as instituições e os partidos dentro delas.

O Tratado de Lisboa representava um passo adiante, mas não o ponto de chegada da integração, pois, tal como os anteriores, deixava sem resolução os problemas fundamentais que a Europa tinha adiante e que, então, se arrastavam há anos. A crise financeira iniciada no fim da primeira década do novo século colocava em evidência as lacunas do tratado. Uma posterior revisão não era apenas requerida dos movimentos europeístas, mas se colocava à atenção dos próprios governos (MORELLI, 2011: 261) (tradução nossa)²⁷.

Interessante para se pensar a *crise de 2008* é observar a política como fundamento da distribuição de riqueza – fator débil da UE (PIKETTY, 2014). Contudo, existe uma multiplicidade de fatores necessários para a análise da realidade de qualquer país, ou mesmo da UE. Pelos limites deste artigo nos detivemos aos aspectos correspondentes à estrutura europeia, menos àqueles externos e de política externa, os quais são também essenciais. Por exemplo, a problemática se expande também para matérias de política externa nos anos 1990, que foram repletos de conflitos dentro da Europa e/ou com envolvimento europeu, tal como nos conflitos na ex-Iugoslávia, no Oriente Médio e África²⁸.

Passados quase dez anos do início da crise econômica que gerou inúmeros problemas sociais na UE, uma solução eficaz não foi apresentada pelas partes responsáveis, que são as instituições aqui vistas (Conselho Europeu, Banco Central Europeu). Ao contrário, as medidas tomadas garantiram a sobrevivência da comunidade econômica ao custo do desemprego de massas. Nos cabe então questionar se estariam ainda escondidas em algum lugar dentro das próprias estruturas do atual modelo de UE as saídas para os diversos problemas?

Com a crise de 2008, contraditoriamente, novamente os Estados nacionais tiveram suas reputações rebaixadas – prosseguindo a crise de representatividade histórica. Contudo, detentor de poder político, os Estados nacionais, na UE, tomaram em mãos a crise, assumindo-a na forma de dívida pública, ou seja, na forma da generalização social de débitos

²⁷ Citação original: “Il Trattato di Lisbona rappresentava un passo avanti, ma non il punto d'arrivo dell'integrazione perché, come quelli precedenti, lasciava insoluti i problemi fondamentali che l'Europa aveva di fronte e che ormai si trascinarono da anni. La crisi finanziaria scoppiata alla fine del primo decennio del nuovo secolo metteva in evidenza le lacune del trattato. Un'ulteriore revisione non era più solo richiesta dai movimenti europeisti, ma si imponeva all'attenzione degli stessi governi”.

²⁸ As crises humanitárias abertas com tais conflitos ainda estão em curso, e na UE evidenciam a crise na política de asilo e na política migratória, bem como na liberdade de fronteiras.

privados.

Problemas que não tinham espaço durante décadas de construção da integração retornaram com força a partir de 2008, e o Estado social, que servia de modelo histórico de mantenedor do *welfare*, foi novamente questionado. O peso das instituições europeias se mostrou sem igual: de instituições distantes, se fizeram presentes na vida das populações, principalmente das classes trabalhadoras europeias, de modo negativo para salvar os grandes grupos e grandes bancos, como se deu com a atuação do BCE e também da Troika – não em vão foi reforçada a visão de que as instituições europeias são um conjunto de burocracias oligárquicas atuando em próprio favor (DELLA LOGGIA, 2014).

Esta complexa e desigual estratégia de evolução da UE, desde sua criação, gerou uma burocracia poderosa. Segundo Panagiotis Sotiris, com um poder desmesurado e antidemocrático sob “classes subalternas” dos Estados-membros. Mas, contudo, é um projeto imperialista que não criou um Estado supranacional: as teorizações de uma Europa supranacional tendem a sobrestimar um aspecto deste processo, o contínuo fortalecimento das instituições da UE e a expansão da burocracia na UE, e a subestimar a contínuo e efetiva importância dos antagonismos e conflitos dentro da União Europeia (VARELA, 2018: 133).

Em suma, a problemática europeia está localizada não apenas nos problemas econômicos e nas soluções que foram tomadas pelo poder burocrático, mas é também uma crise política na qual as instituições não conseguem mais manter camuflada a ideia de representatividade. O aumento da desigualdade, associado também aos anos de governos conservadores que estão impossibilitados de gerar desenvolvimento, são fatores que fomentam o despreço das populações sobre a UE. Ademais, as organizações políticas, partidos e sindicatos, das classes trabalhadoras europeias não apresentaram e ainda hoje não apresentam alternativas à política e à economia da UE, ou seja, não contestam o desenvolvimento do capitalismo em suas bases, ainda que apresentem propostas de reformas (DUNPHY, 2004; DAMIANI, 2016; HERTNER, 2018).

Apesar dos valores democráticos e de cooperação que foram gerados durante as décadas de integração, as instituições da UE foram criadas e operam sob a égide da democracia liberal, o que pressupõe uma contradição inerente dentro das relações produtivas – e aqui reside o centro das bases negativas da UE. Sendo uma integração na qual as bases são a produção setorial e a predominância das instituições econômicas, os fatores políticos (como o PE) e sociais são secundários, especialmente em momentos de crises onde a correlação de forças se verifica na prática.

VI. Considerações sobre a morte da EU

Seria então o caso de se indagar sobre a possibilidade de morte da UE? O fato é que tal questão apresenta uma perspectiva dualística, talvez bastante limitada para a complexidade e a historicidade do objeto em questão. Ainda que sim, que seja possível uma completa dissolução do bloco, sua contribuição histórica não pode ser sepultada por um ato político ou burocrático – atos que podem, porém, sepultar a UE. Nem tudo que nasce, portanto, morre. De fato, a UE passa ora por uma intensa transição e por diversas crises que possivelmente não tenham solução por fora de uma mudança estrutural do bloco.

Pode ser possível a conservação do nome, mas uma mudança qualitativa se apresenta como necessidade. Assim, concordamos com o balanço de Varela (2018):

É também a ausência de organizações políticas e sindicais que reflitam um programa independente dos trabalhadores que ajuda a explicar que tantas vezes a revolta social dos europeus tenha terminado em negociações que, a médio prazo, se revelaram calamitosas – o caso da reestruturação produtiva, que flexibilizou o mercado laboral recorrendo à assistência social, é disso cabal exemplo (VARELA, 2018: 271).

As tentativas de unidade econômica ganharam forma e conteúdo. Buscamos indicar que existem deficiências e insuficiências na área da integração econômica. Pode ser esse um interessante caminho de desenvolvimento de estudos. Desde a CEE à efetividade do euro, outras formas de integração foram trabalhadas e tentadas, porém com menos efetividade, menos potência e interesse, tendo custado a deterioração das classes trabalhadoras na Europa. A UE sobrevive ainda repleta de lacunas, desvios e falhas, que caracterizam a história de seu longo processo. Sem dúvida é a concretização de um projeto nunca pensado em todos os seus detalhes, mas que se fez no percurso, e que tem um acento inovador em sua perspectiva internacional e regional.

A unidade europeia se mostrou insuficiente em termos que vão para além da economia, e mesmo os econômicos se superam e se tornam obsoletos constantemente – a crise do neoliberalismo já se apresenta como aspecto de crise do sistema de produção. Se questiona hoje a viabilidade do euro. Certamente a desintegração do bloco europeu trará consequências, as quais não podem ser previstas ainda em sua totalidade, mas desde já existem dinâmicas que merecem atenção: a reorganização político-econômica do Reino Unido junto dos Estados Unidos, a ascensão de partidos da direita radical, mas também as resistências que trazem projetos alternativos de sociedade.

Enfim, buscamos indicar elementos históricos, conceitos, instituições e diferentes

aspectos do processo integrativo, com a finalidade de abordar o problema da atual crise, buscando algumas de suas raízes profundas e longínquas. A UE é de fato uma comunidade que, distante das instituições e de seus grupos hegemônicos, tem entre as populações algo novo e que pode ser melhor explorado, justamente seu internacionalismo. O que por enquanto se apresenta é a vivacidade do capital, com as constantes crises que o redefine, enquanto que o mundo do trabalho continua a perecer. A UE, neste caminho, dificilmente terá vida longa.

VII. Bibliografia

ANDERSON, Perry. **Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ACTO ÚNICO EUROPEU. **Jornal das Comunidades Europeias**, 1987.

BIELER, Andreas. **Class Struggle over the EU model of capitalism: Neo-gramscian perspectives and the analysis of European Integration**. *Critical Review of International Social And Political Philosophy*. vol.8. n.4: 2005.

CAPORASO, James. **The European Union: dilemmas of regional integration**. Boulder, Colorado: Westview Press, 2000.

DAMIANI, Marco. **La Sinistra Radicale in Europa**. Roma: Donzelli, 2016.

DELLA LOGGIA, Ernesto G. **Europa Perduta?**. Il Mulino: Bologna, 2014.

DUNPHY, Richard. **Contesting Capitalism? Left Parties and European Integration**. Manchester: University Press, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Um Ensaio Sobre a Constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.

HALLER, Max. **European Integration as an Elite Process**. London: Routledge, 2008.

HERTNER, Isabelle. **Centre-Left Parties and the European Union**. Manchester: University Press, 2018.

LA CONVENTION DE YAOUNDÉ. **L'association des Pays et Territoires d'outre-mer à la CEE**. *Archive of European Integration*, 1970.

MAIA, Rodrigo. I. F. **União Europeia Desigual e Combinada**. *Revista Aurora*, v.8 n.2.

Marília, 2015a.

_____. **Crise da Esquerda Comunista: Políticas do PCI e do PCP sobre a União Europeia.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNESP, 2015.

_____. **O Brexit e a falta de um outro projeto para a União Europeia.** *Le Monde Diplomatique Brasil.* , 2016.

MARX, Karl. **A Questão Judaica.** São Paulo: Editora Centauro, 2003.

MORELLI, Umberto. **Storia dell'integrazione Europea.** Guerrini Scientifica: Milano, 2015.

PAPA, Emilio. R. **Storia dell'Unificazione Europea.** Bompiani: Milano, 2006.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI.** Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

TRATADO CECA (Tratado de Paris). **Treaty constituting the European Coal and Steel Community.** Paris, 1951.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA (Tratado de Maastricht). **Jornal Oficial das Comunidades Europeia.** C-191. 35º ano. 29 de julho de 1992.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA (Tratado de Roma). **Tratado da União Europeia.** Roma, 1957.

TOPALOFF, Liubomir. **Political Parties and Euroscepticism.** Palgrave Macmillan, 2012.

VARELA, Raquel. **Breve História da Europa.** Lisboa: Bertrand, 2018.

Recebido em: outubro/2018.

Aprovado em: outubro/2019.